

**AS LIÇÕES POLÍTICAS DE SÊNECA E DE MAQUIAVEL:
CLEMÊNCIA OU CRUELDADE COMO A MELHOR ESTRATÉGIA PARA
PERPETUAÇÃO NO PODER**

Bruno Alonso*

Resumo: Em meio às incertezas que permeiam as decisões políticas de um governante, subsiste uma profunda desconfiança em relação à crença de que seja plausível estabelecer alguma estratégia política que garanta o êxito das suas ações. Fazer da crueldade um meio de impor autoridade é uma estratégia prolífica para fortalecê-lo? A conduta mais adequada seria pautar as decisões pela clemência e ser brando diante de eventuais ameaças? Certo é que ambas as estratégias envolvem sérios riscos, de abalar a confiança no soberano e torná-lo vulnerável a conspirações. O *Tratado sobre a Clemência* de Sêneca e *O Príncipe* de Maquiavel revelam visões conflitantes sobre o melhor caminho a ser trilhado pelo governante. Sêneca escreveu para o imperador romano Nero. Maquiavel dedicou a sua obra ao príncipe de Florença Lorenzo de Médici. Dois textos filosóficos desenvolvidos segundo diretrizes pedagógicas, cuja finalidade é o aprimoramento ético e intelectual do governante. Sêneca e Maquiavel revelam visões políticas discrepantes. Mas os longos séculos que separam os filósofos não obscurecem os elos que possibilitam compreender aspectos essenciais à natureza humana, a complexidade que envolve as relações políticas e a obstinação compartilhada entre os dois filósofos em traçar um caminho factível para o governante se perpetuar no poder.

Palavras-Chave: Maquiavel. Sêneca. Filosofia. Política.

**THE POLITICAL LESSONS OF SENECA AND MACHIAVELLI:
CLEMENCY OR CRUELTY AS THE BEST STRATEGY FOR
PERPETUATION IN POWER**

Abstract: Amid the uncertainties which permeate the political decisions of a governor, there remains a deep distrust of the belief that it is plausible to establish any political strategy which ensures the achievement of his actions. Is making cruelty a means of imposing authority a prolific strategy to enhance him? Would it be the most proper conduct to guide decisions by clemency and be lenient in the face of possible threats? It is certain that both strategies involve serious risks of undermining the confidence in the sovereign and make him vulnerable to conspiracies. Seneca's *On Clemency* and Machiavelli's *The Prince* reveal the conflicting visions on the best way forward for the ruler. Seneca wrote to the Roman emperor Nero. Machiavelli dedicated his works to the prince of Florence Lorenzo de' Medici. Two philosophical texts developed according to pedagogical guidelines whose aim is the ethical and intellectual enhancement of the ruler. Seneca and Machiavelli reveal discrepant political views. But the long centuries which separate the philosophers do not obscure the links that make possible to understand the essential aspects to human nature, the complexity which involves the

*Mestre em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (PFI) e Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGF).

political connections and the obstinacy shared by the two philosophers of tracing a feasible path for the ruler to perpetuate himself in the power.

Keywords: Machiavelli. Seneca. Philosophy. Politics.

Sêneca e a clemência como a suprema virtude política

No *Tratado sobre a Clemência*, seu único texto que trata prioritariamente sobre filosofia política, Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.) aborda a questão da crueldade como uma atitude leviana e perigosa, uma prática nociva e capaz de arruinar a trajetória política de um governante.²⁷¹ Tal repúdio à crueldade não implica em uma exaltação da clemência como uma espécie de receita milagrosa. Se levada ao extremo se converte em compaixão, uma paixão excessiva que esconde sérios riscos à integridade psíquica e à imagem pública do governante. Embora considerada eficaz se praticada dentro de limites determinados, sempre com o propósito de manter a estabilidade e o equilíbrio no âmbito das relações políticas.

Na época da república, o poder político senatorial era equalizado nas mãos de trezentos representantes dos cidadãos romanos, e não existia uma liderança máxima que estivesse acima do próprio senado. A condição para que a clemência seja exercida na qualidade de virtude individual, é que haja uma relação inteiramente desigual entre o soberano e aqueles que estão sob seu poder. Por essa razão, na época da república romana, a clemência não podia ser exercida como virtude política individual na relação dos senadores com os próprios cidadãos romanos, mas tão somente na relação diplomática com os povos estrangeiros conquistados. Desde a ascensão de Júlio César ao posto de imperador e a instituição do Império a partir do reinado de Augusto, o poder passou a ser concentrado na figura de um único homem. O imperador detém a faculdade de agir com clemência por estar sozinho no mais alto posto, e não haver quem possa contrastar com as suas decisões, nem mesmo o senado. A clemência se define, portanto, no abismo da relação de poder do soberano sobre seus súditos.

²⁷¹ O *Tratado sobre a Clemência* é um texto direcionado ao imperador Nero que governou Roma do ano 54 até 68 d.C. Sêneca atuou como seu mentor e a obra em questão demonstra o esforço do filósofo na tentativa de educar o jovem imperador. A história dessa relação termina com um desfecho trágico. Nero se volta contra Sêneca, acusa-o de traidor por participar da Conspiração de Pisão e lhe sentencia a cometer suicídio.

[...] não convém fazer uso trivial do perdão, pois, ao suprimir-se a diferença entre o bem e o mal, a consequência é a confusão e a explosão dos vícios. Assim, deve-se acrescentar uma moderação que permita distinguir caracteres sadios de doentios (*Tratado sobre a Clemência*, I, 2, 2).

A condescendência com as faltas dos subordinados fatalmente provoca uma descrença generalizada no poder de coerção das leis e na própria autoridade política. Antes de argumentar em favor da clemência, Sêneca adverte sobre o perigo da sua banalização. Ainda mais prejudicial é a compaixão, uma espécie de piedade compassiva, afecção incoerente que faz a alma se compadecer com o sofrimento alheio.

A compaixão é uma fraqueza dos espíritos excessivamente apavorados com a miséria e, se alguém exigir compaixão de um sábio, estará bem próximo de exigir lamentações e gemidos em funerais de um estanho (*Ibid.*, II, 6, 4).

Sêneca distingue a compaixão da clemência, e rebaixa aquela à categoria de uma paixão prejudicial à vitalidade e à boa disposição do governante. Fiel ao estoicismo, doutrina que orienta o filósofo a ser indiferente frente às perturbações provenientes do mundo exterior, a ética senecana condena a compaixão por induzir o homem a uma condição vulnerável e torná-lo suscetível a uma série paixões doentias. Para Sêneca, ao ser clemente e conceder perdão, o imperador não deve ser impulsionado pelo sentimento de piedade, mas pela clareza e pelo discernimento de aspirar ao propósito de se fortalecer perante a opinião dos seus súditos.

Não há necessidade de construir elevadas cidadelas nos topos, nem de fortificar colinas escarpadas nas encostas, nem de cortar os flancos dos montes, nem de se cercar com múltiplas muralhas e torres: a clemência assegurará a salvação do rei em campo aberto. O único abrigo inexpugnável é o amor dos cidadãos (*Ibid.*, I, 19, 6).

Para conquistar a afeição do povo, o imperador precisa esboçar uma imagem de quem se importa com o sofrimento alheio. Agir com clemência é, então, exercer o poder com moderação e evitar o uso excessivo da força bruta. Sêneca ressalta que o uso abusivo da autoridade por meio da severidade nas punições e da demonstração de poder mediante a violência, acabam fatalmente se voltando contra o próprio governante: “[...]”

um poder moderado coíbe os espíritos, mas um temor permanente, não só agudo, mas que leva a extremos, incita os prostrados à audácia e persuade-os a recorrer a tudo” (Ibid., I, 12, 4). Um cenário caótico onde a maioria dos súditos vive sem o menor resquício de esperança, abre espaço para o surgimento de conspirações e revoltas. E não faltavam exemplos recentes para que Sêneca se inspirasse para orientar Nero. A crueldade é o comportamento típico dos governantes tirânicos. Seus dois antecessores recorreram a uma série de atrocidades para se conservarem no poder: seu pai, Cláudio, sentenciara dezenas de senadores à morte, e, sobretudo, seu primo Calígula, famoso pela perversão e brutalidade. Ambos os imperadores terminaram assassinados por uma trama de conspiradores.²⁷²

Sêneca tinha plena consciência de que, para convencer Nero quanto ao mérito da clemência, não bastava simplesmente recorrer a explicações filosóficas. O imperador não era entusiasta do estoicismo senecano e parece, aliás, ter vivido alheio aos ensinamentos do seu mentor, sendo pouquíssimo suscetível ao poder de convencimento dos argumentos éticos e racionais.²⁷³ Para conseguir persuadi-lo, o único recurso plausível seria atraí-lo pela ideia da conveniência política e dos benefícios que porventura poderiam ser colhidos. A finalidade da punição é não somente corrigir os indivíduos transgressores, mas reprimir os futuros delitos. Punições exemplares são, de fato, efetivas, no que diz respeito ao impedimento daquilo que está porvir? Sêneca acredita que imprimir punições rigorosas não garante a diminuição de transgressões futuras. O medo instaurado seria eficiente para impedir a reincidência do crime

²⁷² A experiência de Sêneca foi desastrosa com ambos os imperadores. Calígula perseguiu-o e enxergava nele uma ameaça potencial por causa das suas qualidades oratórias. Cláudio decidiu, enfim, livrar-se dele e condenou-o ao exílio. Após a morte de Cláudio, Agripina, esposa do antigo imperador e mãe de Nero, o atual sucessor, convida Sêneca para atuar na corte como preceptor de Nero para auxiliá-lo no desafio de comandar o Império.

²⁷³ Eager argumenta que Sêneca não se aprofunda nos meandros do estoicismo, justamente por compreender que a postura antifilosófica de Nero não era suscetível a um envolvimento com os preceitos éticos da doutrina. Cabia apenas apelar para a utilidade política que poderia advir da clemência: “The suspicion that philosophy served a functional purpose in his relationship with Nero is supported by the manifestly un-Stoic elements of *De clementia*, elements which concern not the periphery of the discussion but the core theory of what clementia is. If Seneca wanted Nero to think about clemency, then he need only convince Nero of its usefulness. There is no inherent need to argue that clementia is a Stoic virtue because Nero was not a Stoic and Stoicism does not represent a source of legitimization or authority to him. Convincing Nero that clementia is a Stoic virtue is only really important if the larger selling point in the treatise is the usefulness of Stoicism to a ruler. The current focus could therefore continue to demonstrate how these deviations enable the teachability of clementia (insofar as Stoic wisdom is life experience), and so set Seneca up as a Nero’s tutor in virtues. But it seems more thorough and better for the persuasiveness of this argument to give Seneca the benefit of the doubt and suppose that his theory was in line with orthodox Stoic beliefs” (EAGER, 2016, p. 210).

reprimido? Ou a rigidez das punições atrairia potenciais infratores na direção do ilícito mais atroz, o que promoveria, paradoxalmente, o aprofundamento de tais práticas? Ou talvez não exista uma fórmula definitiva e os efeitos auferidos derivem de causas múltiplas que independem da clemência ou da crueldade, e, portanto, estão fora da alçada do governante?

A clemência mesma do soberano provoca vergonha de delinquir, e a punição estabelecida por uma pessoa meiga parece ser muito mais pesada. Além disso, perceberás que são sempre praticados os delitos que são sempre punidos. Teu pai, durante cinco anos, mandou costurar dentro de sacos muito mais condenados do que ouvimos mencionar em todos os séculos. Os filhos ousavam muito menos cometer sacrilégio durante o tempo em que este crime esteve sem legislação (*Tratado sobre a Clemência*, I, 22, 3).

Sêneca aconselha o imperador Nero sobre a ameaça decorrente do uso constante e excessivo da crueldade, que enfraquece gradativamente o poder corretivo das punições, cuja eficácia se esvai pela maneira trivial pela qual o imperador exerce a sua autoridade. Cláudio, pai de Nero, se tornou memorável pela extrema crueldade. Condenava os parricidas a serem costurados dentro de um saco (*poena cullei*) confeccionado com couro; junto com o condenado eram amarrados um cachorro, um galo, um macaco e uma cobra (todos vivos); após isso, o saco era lançado dentro do mar para que o condenado morresse afogado em meio ao desespero de estar preso junto com os outros animais.²⁷⁴ Sêneca reprova a crueldade de Cláudio, uma estratégia contraproducente em relação à própria finalidade da punição, que é coibir o crime de parricídio. Algumas determinações do direito romano são cruéis e exageradas, sendo contrárias, segundo à análise senecana, ao propósito por que foram criadas. Antes, quando não era um crime prescrito por lei, os casos eram raros. Sêneca acredita que os crimes que são punidos com constância, ao contrário da expectativa convencional, se tornam mais comuns e numerosos. As repetidas punições atuam em um sentido avesso, servindo como referencial para os potenciais transgressores. Ao invés de se intimidarem

²⁷⁴ A escolha dos animais não é gratuita. Tem como objetivo rebaixar o criminoso à condição dos quatro animais: o cachorro por ser ultrajante insultar alguém chamando-lhe de “cão”, animal associado à criatura mitológica Cérbero que habita o mundo subterrâneo; o galo por ser um membro apartado do seio familiar ilustrando a condição marginal do condenado; o macaco por ser um símbolo de inferioridade em relação ao homem; a cobra por ser um animal peçonhento e malicioso representando a baixeza da traição cometida.

com o risco da condenação, passam a compreender mais profundamente casos concretos do crime e se embebem pelos exemplos dos antigos infratores.

O imperador assume a posição de juiz, quem detém o poder de determinar qual punição deve ser aplicada contra aqueles que infringem as leis. Para Sêneca um dos maiores erros que podem ser cometidos é escolher uma punição sob o efeito de alguma paixão, seja a ira ou o medo.²⁷⁵ Tais excessos levam ao desvio da própria finalidade da correção. O príncipe não deve retaliar seus oponentes para amenizar a cólera ou para aplacar o medo, uma vez que essas paixões são irrelevantes para a tomada de decisão. Como um legítimo estoico, Sêneca acredita que o bem comum é o único motivo pelo qual o príncipe deve conduzir as suas decisões.²⁷⁶ Por definição a clemência se situa em uma posição diametralmente oposta à ira. A estratégia política dentro da perspectiva apresentada no *Tratado sobre a Clemência*, é uma lição ética de indiferença em relação ao medo e à ira.

O que faz a sevícia ser abominada ao máximo é que, em primeiro lugar, ultrapassa os limites habituais, depois, os limites humanos, procura novos suplícios, recorre à imaginação para inventar instrumentos através dos quais a dor se diversifica e se prolonga. Ela se deleita com os sofrimentos dos homens. Neste caso, esta sinistra doença de alma atinge o cúmulo da demência quando a crueldade se converte em prazer e já se deleita em matar um ser humano (*Tratado sobre a Clemência*, I, 25, 2).

²⁷⁵ O ato impulsivo e irracional além de moralmente condenável, põe em risco a segurança do próprio imperador, que passa a ser visto como um tirano sem escrúpulos, uma ameaça que precisa ser eliminada. Conforme analisa Gonçalves, a clemência é proveitosa por assegurar a estabilidade política do soberano: “a clemência deve ser exercitada principalmente por aqueles que podem socialmente exercer poder sobre outros: príncipes, professores, militares, pais, visto que o dano causado por um erro de julgamento promovido por estes, se estiverem afetados por alguma paixão, será profundamente grave para quem recebe a punição e para quem a dá, pois vai incorrer num erro por fazer um julgamento num momento de transtorno do seu hegemônico. Além de evitar a formação de oposições, de legitimar seu poder e de lhe garantir direito de sucessão, a prática da clemência fornece ao soberano uma estabilidade e uma segurança no poder. Enquanto o tirano, o mau imperador é perseguido e vive sem segurança, o rex, o bom e clemente imperador vive em paz, pois conta com o amor e não com o temor dos súditos” (GONÇALVES, 1999, p. 68).

²⁷⁶ Segundo Lapachelle, Sêneca se distancia de certa forma da noção comum dos estoicos, de que as paixões são nocivas em quaisquer circunstâncias. A ira é um sentimento que pode surtir bons efeitos, caso seja moderada e canalizada, de modo que as suas ações se pautem pela lucidez e pela razão: “Contrairement à la miséricordia, l’ira et le metus n’ont guère été étudiés dans ce traité sous l’angle particulier de la conception des passions dans le système stoïcien, alors même que ces deux affects aussi semblent être présents d’une façon variable dans le cours du traité. En effet, ils ne paraissent pas être l’objet d’un rejet aussi constant, aussi radical et aussi massif qu’on pourrait l’attendre chez Sénèque. Certes, l’impression qui ressort du De clementia est qu’il convient de condamner la colère du prince et la peur comme méthode de gouvernement” (LAPACHELLE, 2017, p. 75).

O pior dos cenários possíveis, segundo Sêneca, é a crueldade praticada como fim em si mesmo, ou seja, as torturas infligidas pela vontade perversa de provocar sofrimento. Disso surgem formas macabras de multiplicar e prolongar a dor do condenado, meios desumanos que ignoram a razão fundamental que move as leis do direito. A ideia central defendida por Sêneca, é que a crueldade jamais atinge o seu principal objetivo, de intimidar os eventuais adversários do imperador. Recorrer a meios perversos não garante a sua proteção, mas instaura um sentimento caótico de desespero nos seus súditos. A crueldade ao invés de curar os males, aprofunda-os ainda mais.

O sentido fundamental do conselho de Sêneca para Nero, é que a clemência precisa ser cultivada pelo imperador, cujo poder tão grandioso prescinde da crueldade, que será prejudicial para os seus propósitos. Ao conquistar a reputação de bondoso e clemente, atrairá para si a devoção do povo que o reconhecerá como o seu patrono. A clemência talvez seja a virtude mais apropriada ao imperador, que tem em mãos o insigne poder de preservar vidas e gerir a coisa pública em prol do benefício coletivo.

Maquiavel e o estratagema político de apelo à crueldade

Em *O Príncipe*, Maquiavel (1469 – 1527) é audacioso ao lidar com a questão da crueldade e sustenta uma posição hostil à crença de que o governante deve pautar suas ações em uma postura piedosa e permissiva.²⁷⁷ Para Maquiavel, ao ser clemente e tolerante com as infrações cometidas por aqueles que estão sob seu poder, o príncipe inevitavelmente transmite uma imagem de fraqueza.

Deve, portanto, um príncipe não fugir da infâmia de cruel para ter os seus súditos unidos e fiéis, porque, com pouquíssimos exemplos, será mais piedoso do que aqueles que, por demasiada piedade, deixaram seguir as desordens, das quais nascem os assassinatos ou a rapinagem; além disso, aqueles ofendem uma comunidade inteira, mas as execuções que venham do príncipe ofendem alguém em particular (*O Príncipe*, XVII, 4).

²⁷⁷ *O Príncipe* é uma obra dedicada ao Lorenzo de Médici, monarca italiano que governou Florença do ano 1513 até 1519. Maquiavel escreve esse texto com o propósito de instruí-lo e orientá-lo com estratégias políticas e exemplos históricos, sobre como conquistar novos reinos e, principalmente, sobre como explorar os meios efetivos para ser bem-sucedido em manter-se no poder após concretizar uma conquista.

Mais vale ser reconhecido pela crueldade do que ter a fama de indulgente. O príncipe precisa ter pulso firme no cumprimento do seu dever, pois, do contrário, cria-se um ambiente de condescendência com os desvios, o que torna os subordinados mais suscetíveis a transgredirem as leis. Maquiavel compreende uma lógica simples: sem as punições adequadas os atos insidiosos se proliferarão, até o principado decair em uma atmosfera caótica. Permitir que tais atos sejam cometidos encoraja novas desordens, retroalimentadas pela convicção de permanecer na impunidade. A reputação de cruel é, então, útil ao príncipe, porque dissuade os potenciais criminosos, pela certeza de que receberão uma punição à altura da gravidade do delito cometido. Maquiavel é calculista no raciocínio e argumenta que é mais fácil punir severamente alguns particulares para servirem como exemplo, do que poupar alguns poucos em detrimento de uma maioria que impreterivelmente sofrerá com a ampliação dos casos delituosos. Maquiavel concebe uma ética para a ação do governante, consciente das adversidades e dos males necessários à sua própria sobrevivência. A ética maquiaveliana é uma teoria descolada da dinâmica comum da vida vulgar, uma doutrina de métodos extraordinários para enfrentar os conflitos da vida política.²⁷⁸

[...] há tanta distância de como se vive a como se deveria viver, que aquele que deixa aquilo que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende mais a ruína do que a sua preservação; porque um homem que queira professar o bem em toda a parte arruína-se entre tantos que não são bons. Portanto, é necessário a um príncipe, querendo manter-se, que aprenda a não ser bom, e usar esse aprendizado e não o usar segundo a necessidade (*O Príncipe*, XV, 5).

No capítulo XV, Maquiavel é contundente ao valorizar a versatilidade do príncipe. É em vão fantasiar a própria realidade e infrutífero elucubrar sobre como as

²⁷⁸ Chuaqui afirma que a ética maquiaveliana é uma teoria separada da rotina cotidiana, que não diz respeito às outras esferas ordinárias da vida humana: “Para Maquiavelo es pecar de una genuina candidez no reconocer que en el ámbito de lo político es necesario llevar a cabo actos que no serían justificables en otras parcelas de la vida humana. La necesidad de cometer tales actos conlleva, aunque indirectamente, su legitimación. Así, para Maquiavelo, lo político tiene una ética de comportamiento propia, distinguible de la que corresponde al resto de las actividades humanas, y esto tanto en el contexto de un principado como en el contexto de una república. Maquiavelo reivindica, en el ámbito de lo político, el uso de la crueldad, el engaño, la mentira, la injusticia, la violencia y una plétora de métodos ‘extraordinarios’; extraordinarios precisamente en tanto sólo se justifican en la vida política. Parte importante del significado de su obra es una reconceptualización de la virtud política que contrasta fuertemente con la versión más tradicional y cristiana de las virtudes. (...) la *virtù* política, en el sentido que le otorga Maquiavelo, no es hacer el bien, sino saber cuándo hacer el bien y cuándo el mal – y tener la *sang froid* como para hacer el mal cuando las circunstancias así lo exigen” (CHUAQUI, 2000, p. 407).

coisas deveriam ser, pois o príncipe vive sob caráter de urgência e precisa se adaptar às circunstâncias hostis que o ameaçam. É a vida do príncipe que está em risco, o propósito está dado de antemão, e é traçar uma estratégia para consolidar o seu poder. A crueldade, ainda assim, não é desejada pelo príncipe: “[...] qualquer príncipe deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel” (Ibid., XVII, 1). Mas posta em prática pela exigência de ajustar as rédeas, para manter tanto os nobres como o povo submissos à sua autoridade. Maquiavel parte dessa afirmativa que aparece logo no início do capítulo XVII. Porém, ao longo do capítulo a argumentação segue um sentido absolutamente inverso. O preceito ético da clemência se mostra inviável, por tornar o príncipe frágil perante a opinião pública e pôr em risco a consistência da sua liderança.

Aquele que chega ao principado com a ajuda dos grandes se mantém com mais dificuldade do que aquele que chega com a ajuda do povo, porque em sua volta se encontram muitos outros que se julgam seus iguais e, por isso, não os pode comandar nem manejar a seu modo. Mas aquele que chega ao principado com o favor popular se encontra só e tem em volta ou ninguém, ou pouquíssimos que não estejam prontos a obedecer-lhe. Além disso, não se pode com honestidade satisfazer os grandes, sem injuriar o povo, mas bem se pode o contrário: porque o povo tem fins mais honestos do que os grandes, querendo estes oprimirem, e aqueles não serem oprimidos (Ibid., IX, 4).

A nobreza e o povo dificilmente convergem entre si. O príncipe como membro eminente da nobreza, governa sob a expectativa de favorecer as ambições da sua classe social. Se não tiver força suficiente, o príncipe se torna uma mera marionete nas mãos de uma nobreza ávida por explorar o povo. Maquiavel orienta o príncipe a se aproveitar desta situação e utilizar o povo ao seu favor. Os nobres se sentem à altura do príncipe e podem rivalizar com a sua autoridade. Se o príncipe for louvado pelo povo, os nobres temerão se aventurar em alguma conspiração. Um meio efetivo do príncipe se blindar e ser intocável diante da ganância dos nobres, é manter o povo ao seu lado como um aliado permanente. A melhor estratégia, segundo Maquiavel, é realizar benesses ao povo e ao mesmo tempo ceder a algumas reivindicações da nobreza. As aspirações do povo partem de uma demanda legítima e são dignas de serem correspondidas. Já a nobreza procura expandir os seus privilégios, ainda que precise recorrer aos meios mais insidiosos para realizar os seus objetivos. As exigências da nobreza arruinarão a popularidade do príncipe, que precisa, antes de tudo, estar comprometido com o povo.

Deve, no entanto, o príncipe fazer-se temer de modo que, se não conquista o amor, que fuja ao ódio, porque podem muito bem estar juntos o temor e a ausência de ódio, o que alcançará sempre, desde que se abstenha dos bens de seus cidadãos e seus súditos, e das suas mulheres (Ibid., XVII, 12-13).

O maior desafio enfrentado pelo príncipe é conseguir inspirar temor, sem despertar o ódio do povo e especialmente dos nobres. Conciliar esses objetivos, decerto, não é um projeto fácil de ser realizado. Ao impor o temor generalizado, o príncipe não estaria fomentando o ódio contra si? Maquiavel propõe duas recomendações: jamais subtrair riquezas e nunca envolver as mulheres. Não expropriar os bens e não interferir no seio familiar ao imprimir punições nos subordinados, porque desonras dessa magnitude são insuportáveis e tornam o ódio contra o príncipe uma cólera irreversível. Cultivar o medo e evitar a hostilidade, de acordo com Maquiavel tal receita é a chave, seja para preservar um antigo domínio ou assegurar a conquista de um novo território. “Desprezado o faz a fama de inconstante, frívolo, efeminado, pusilânime, irresoluto” (Ibid., XIX, 4). Se trata basicamente de aparência, da construção de uma percepção coletiva sobre o governante como alguém forte e determinado, com imponência suficiente para impor respeito aos súditos.

[...] amando os homens segundo a sua vontade, e temendo segundo a vontade do príncipe, deve o príncipe sábio fundar-se naquilo que é seu, não naquilo que é dos outros: deve somente engendrar-se em fugir do ódio, como disse (Ibid., XVII, 23).

Um príncipe que governa com sabedoria procura ao máximo não depositar o seu destino nas mãos de outrem. Os mesmos que o louvam e apoiam em um determinado momento, se voltam contra o seu governo e tramam pela sua derrocada quando o contexto se torna desfavorável. O amor é frágil e se transforma precipitadamente no seu extremo oposto. A ideia defendida por Maquiavel é simples: quem é amado, é mais suscetível a se tornar odiado em relação a quem é temido. Se o principal objetivo do príncipe é evitar o ódio, depositar suas expectativas na devoção dos seus súditos é quase suicídio. É uma questão recorrente ao longo da obra de Maquiavel que culmina em um princípio fundamental, o preceito estratégico que precisa estar no horizonte da conduta do príncipe. Esforçar-se para depender o mínimo possível de disposições estranhas à sua virtude, para governar com o máximo de autonomia. No entanto, se o príncipe depende

exclusivamente de si mesmo, as cobranças pelas medidas impopulares recaem duramente sobre a sua autoridade.

[...] os príncipes devem delegar os assuntos desgastantes aos outros, e as graças a si mesmos. De novo concluo que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiar pelo povo (Ibid., XIX, 23-24).

No capítulo XIX Maquiavel pondera sobre a função do parlamento, como uma instituição relevante para filtrar as manifestações hostis ao governo do príncipe. O que mostra que dentro do projeto político absolutista maquiaveliano, há espaço para aliar princípios republicanos, sem comprometer a primazia das premissas monárquicas.²⁷⁹

No capítulo XXVI que encerra *O Príncipe*, Maquiavel dirige um manifesto aos principados italianos para que se unam contra os “bárbaros”, ou seja, para que construam uma aliança com o objetivo de expulsar os franceses invasores.

Não se deve, portanto, deixar passar essa ocasião para que a Itália, depois de tanto tempo, finalmente tenha um redentor seu. Nem posso exprimir com que amor seria recebido em todas aquelas províncias que foram atingidas por essas inundações estrangeiras; e com que sede de vingança, com que obstinada fidelidade, com que piedade, com que lágrimas. Quais as portas que lhe seriam fechadas? Quais os povos que lhe negariam a obediência? Qual inveja que lhe seria oposta? Qual italiano lhe negaria lealdade? A todos enjoa esse domínio bárbaro. Encare, portanto, a vossa ilustre casa esse empreendimento com aquele ânimo e com aquela esperança que são próprias das causas justas, a fim de que, sob a sua insígnia, esta pátria seja nobilitada (Ibid., XXVI, 26-29).

O aparente patriotismo professado por Maquiavel, visa realmente submeter o papel do príncipe florentino, em torno de um propósito que vai além das suas ambições pessoais? No século XVI a noção da Itália como unidade política não existia. O território italiano era dividido em diversos principados autônomos que competiam entre si.²⁸⁰ Maquiavel

²⁷⁹ O que talvez explique que as supostas contradições do projeto de *O Príncipe*, com a concepção de um modelo republicano apresentado por Maquiavel em *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, não sejam tão agudas como parecem à primeira vista.

²⁸⁰ A constituição da Itália enquanto nação, como concebida nos dias de hoje, aconteceu inicialmente em meados do século XIX, após a Guerra de Unificação da Itália. Na época de Maquiavel, o controle do território italiano era disputado entre os Orsini e os Colonna. Os primeiros eram ligados aos guelfos, partido político favorável ao poder da Igreja Católica e da supremacia do Papa. Os segundos eram vinculados ao partido dos gibelinos, defensores do retorno ao antigo Sacro Império Romano-Germânico, contra a autoridade papal. O cenário político na Itália se transforma com a ascensão de Alexandre VI ao posto de papa, que durou de 1492 até 1503. Com o apoio do seu filho Cesare Bórgia, o novo papa

cria uma narrativa a partir da sua perspectiva de nobre florentino que almeja uma posição de destaque dentro da corte de Lorenzo de Médici. Não se trata exatamente de patriotismo, pois a ânsia de unir os povos italianos é, em última instância, um plano arquitetado pela necessidade de dispersar os invasores franceses.²⁸¹ O recurso à crueldade como medida necessária para dispersar o inimigo comum, não se justifica pela suposta legítima defesa patriótica professada por Maquiavel. Afinal, é a conveniência e a busca pela glória do príncipe florentino que estão em questão, e não o suposto bem comum dos italianos.

O príncipe maquiaveliano tem em si o dever de usar artimanhas e de recorrer à força para se manter no poder. A metáfora da raposa e do leão exposta no capítulo XVIII, diz muito sobre o tipo de governante perseguido. A finalidade do príncipe não é se impor pela força, mas manipular os pretextos com perspicácia e dessa forma sustentar a sua posição.²⁸² Existem meios sutis de agir com extrema cruzeza, dispondo apenas dos artifícios da própria lei, um recurso tipicamente humano: “[...] dois são os modos de combater: um, com as leis, o outro, com a força; o primeiro é próprio do homem, o segundo é próprio dos animais” (*O Príncipe*, XVIII, 2-3). No modo animalesco de se

reprimiu os antigos partidos, cujos tentáculos se estendiam até os cardeais da Igreja. Maquiavel tenta explicar, nos primeiros capítulos de *O Príncipe*, a razão do fracasso de Cesare Bórgia, após dar continuidade ao projeto a partir da morte do pai. O fato de não ter conquistado o poder com as próprias mãos, mas ter recebido como herança, foi um dos fatores que dificultaram sua sequência como príncipe. Outro motivo foi a escolha do papa, uma vez que Cesare Bórgia teria tomado uma má decisão ao escolher um cardeal com quem teve inimizade no passado. Para Maquiavel foi um grave erro, visto que os bens feitos aos homens dificilmente são lembrados, ao passo que os males jamais são esquecidos. O segundo problema poderia ser evitado, caso o príncipe Bórgia tivesse optado por um papa espanhol, que possivelmente seria mais leal aos seus propósitos.

²⁸¹ Strauss ressalta que a justificativa, pura e simples, para Maquiavel propor uma aliança entre os principados italianos, é a ambição de Lorenzo de Médici em assumir a liderança política e obter o protagonismo no movimento de resistência aos franceses. “[...] would Machiavelli condemn the immoral policies recommended in the bulk of the book if they did not serve a patriotic purpose? Or are these immoral policies barely compatible with a patriotic use? Is it not possible to understand the patriotic conclusion of *The Prince* as a respectable coloring of the designs of a self seeking Italian prince? There can be no doubt regarding the answer; the immoral policies recommended throughout *The Prince* are not justified on grounds of the common good, but exclusively on grounds of the self-interest of the prince, of his selfish concern with his own well being, security and glory” (STRAUSS, 1957, p. 35).

²⁸² Como afirma Azar, na visão de Maquiavel o príncipe não deve se apoiar no uso desmedido da força, mas, ao contrário, ser adaptável às circunstâncias, sendo cauteloso quando necessário, para resguardar o brio na instituição do seu regime político: “Se pensássemos o máximo de força possível, por que isto não seria suficiente? Basicamente porque os objetivos do Príncipe não são meramente guerreiros, mas políticos. Se o leão não é suficiente, é porque a força tem que ser usada também estrategicamente na construção do Estado, fazendo e desfazendo leis, pactos, instituições, ordenamentos etc. Não é da lógica da força, mas do poder que trata Maquiavel. Não está em questão no Príncipe apenas a tomada do poder, mas estabelecer e manter o Estado. Os objetivos políticos são constitutivamente coletivos e demandam para sua consecução certa sagacidade no lidar com as relações em uma disposição tanto defensiva como proativa” (AZAR, 2015, p. 355).

combater, a crueldade é desempenhada segundo duas tendências, tanto com astúcia, como no exemplo da raposa, quanto mediante a força bruta, como no exemplo do leão.

Sendo, portanto, necessário a um príncipe saber usar bem a besta, deve imitar a raposa e o leão, porque o leão não se defende das armadilhas, a raposa não se defende dos lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para atemorizar os lobos. Aqueles que usam simplesmente o leão não se mantêm de forma duradoura. Não pode, portanto, um príncipe prudente, nem deve observar a fidelidade quando tal observância se volta contra si e não existam mais as causas da promessa de fidelidade. [...] Disso se pode dar infinitos exemplos modernos e mostrar quanta paz, quanta promessa são feitas irrisórias e vãs pela infidelidade dos príncipes; e aquele que melhor soube usar a raposa teve maior sucesso. Mas é necessário saber colorir bem essa natureza e ser um grande simulador e dissimulador (Ibid., XVIII, 7-11).

Ser cruel não significa tão somente exercer o poder de forma violenta e tirânica. Ocultar a verdadeira intenção e combater através de emboscadas pode ser um meio igualmente cruel e decisivo, para forçar a reverência dos dominados e mantê-los sob controle. Maquiavel não estabelece uma linha divisória entre os dois princípios animais: o leão e a raposa precisam ser combinados e metamorfoseados na personalidade do príncipe, de maneira que a figura da raposa exerça o protagonismo. Pensar como leão é se lançar contra os perigos de forma temerária sem medir as consequências. É neste sentido que o príncipe maquiaveliano tende mais para a raposa do que para o leão: a raposa é um animal inteligente e astuto, que age de maneira sorrateira, minimizando os riscos e empregando métodos que a propiciam sair ileso das pelepas.

Considerações Finais

Ao compararmos as perspectivas de Sêneca e de Maquiavel, fica evidente que as duas concepções são inconciliáveis. Os textos aqui analisados foram escritos em tempos distantes, e buscam responder às peculiaridades dos contextos políticos nos quais estão inseridos. Sêneca se dirige a Nero e se situa no seio de um Império consolidado, no qual a legitimidade do imperador não era passível de ser contestada. Sua preocupação não era criar estratégias para sobreviver em meio a um território hostil, repleto de adversários e outras lideranças aptas para assumir o poder. O principal objetivo contido

no *Tratado sobre a Clemência* é apresentar caminhos para manter o curso natural de um organismo político totalmente favorável à sua liderança, enraizada no direito de nascença, pela ordem natural de sucessão ao trono. Maquiavel enfrenta uma realidade política multifacetada e observa uma conjuntura política instável e ameaçadora, na perspectiva de uma pequena província italiana que precisa se afirmar em relação aos principados rivais. O objetivo de *O Príncipe* é apresentar alternativas para que Lorenzo de Médici consiga consolidar e expandir o seu domínio. Maquiavel pensa em táticas para um príncipe que pretende expandir as suas forças sobre um território inimigo, e instituir a sua autoridade a partir da estaca zero. Mas as diferenças entre os contextos históricos não eliminam o conflito fundamental de ideias. Sêneca e Maquiavel preparam suas lições políticas como conteúdos incrustados na realidade empírica, concentrados nos meandros da interação do governante com os seus súditos. O imperador idealizado por Sêneca é comedido nas paixões e possui a convicção de que uma conduta baseada na clemência garantirá o êxito do seu governo. O príncipe calcado por Maquiavel dá vazão aos impulsos mais sórdidos e vale-se da crueldade como a solução decisiva que avalizará o seu triunfo político.

Referências Bibliográficas:

- AZAR, C. *Maquiavel, o leão e a raposa*. Rio de Janeiro: O que nos faz pensar, Nº 36, 2015.
- CHUAQUI, T. *La ética política de Maquiavelo: gloria, poder y los usos del mal*. In: Estudios Públicos. Santiago, 79, invierno 2000, pp. 404-435.
- EAGER, M. *Seneca's influence with Nero*. Thesis submitted to the Oriel College, 2016.
- GONÇALVES, A. T. *Uma análise da obra De Clementia de Sêneca: a noção de virtude*. In: Phoênix. Rio de Janeiro, 5, 1999, pp. 51-74.
- LACHAPELLE, G. *La colère et la peur dans le De clementia de Sénèque*. In: Emerita, Revista de Lingüística y Filología Clásica. Madrid, LXXXV 1, 2017, pp. 73-93
- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Tradução de Hingo Weber. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- MACHIAVELLI. *Il Principe*. Introduzione, nota bibliografica, cronologia e commento a cura de Giorgio Inglese. Torino: Einaudi Editore, 1995.

SENECA. *Moral Essays: volume 1*. John W. Basore. London and New York: Heinemann, 1928.

SÊNECA. *Tratado sobre a clemência*. Tradução de Ingeborg Braren. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

STRAUSS, L. *Thoughts on Machiavelli*. Illinois: The Free Press, 1958.